

*Prefeitura do Município de Bertioga*  
Estado de São Paulo  
*Estância Balneária*

Folhas 02

Proj. 604/12

**PROJETO DE LEI n.º 44/12**

Dispõe sobre alteração da Lei Municipal n. 1.007, de 21 de dezembro de 2011.

**Art. 1º** Por esta Lei se altera o inciso I do artigo 4º da Lei Municipal n. 1.007, de 21 de dezembro de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

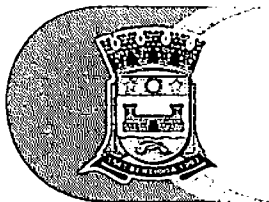
**"Art. 4º (...)**

*I – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 7% (sete por cento) do orçamento da despesa fixada no artigo 1º, observando-se o disposto no artigo 43 da Lei 4320/64. (NR)*

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bertioga, 29 de agosto 2012. (PA n. 5762/2011)

  
**Arq. Urb. Jose Mauro Dedemo Orlandini**  
**Prefeito do Município**



03  
604/12

*Prefeitura do Município de Bertioga*  
Estado de São Paulo  
*Estância Balneária*

**MENSAGEM EXPLICATIVA**

***Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bertioga:***

Pela presente exposição de motivos encaminhamos a essa Egrégia Casa de Leis o Projeto de Lei que "***Dispõe sobre alteração da Lei Municipal n. 1.007, de 21 de dezembro de 2011***", pelos seguintes motivos:

Como é sabido, o orçamento público surgiu para atuar como instrumento de planejamento e controle das atividades financeiras e orçamentárias do Governo e se submete a princípios e regras de direito específicas.

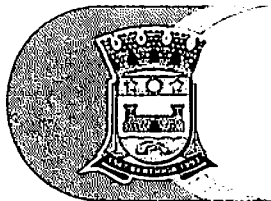
Nesse sentido, o legislador constituinte originário dispôs na Constituição Federal de 1988, que o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais deverão ser estabelecidos por lei de iniciativa do Poder Executivo (art. 165), e em seus parágrafos foram traçados os conteúdos materiais mínimos do PPA, LDO e LOA.

Conforme o artigo 2º da Lei n. 4.320/64, "a Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade".

Aprovada a Lei do Orçamento, os créditos orçamentários são disponibilizados nas respectivas dotações consignadas para serem executadas conforme foi planejado. Ocorre que durante a execução orçamentária podem ser necessárias autorizações legislativas para despesas que não foram computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária, para corrigir ou ajustar essas distorções orçamentárias

O Poder Executivo cuja função típica é administrar, organiza-se para cumprir suas obrigações com base nos recursos planejados no orçamento público, sendo possível que durante a execução do orçamento sejam realizadas solicitações ao Legislativo de novos créditos, ditos créditos adicionais.

Verifica-se que os créditos adicionais suplementares podem ser autorizados por lei específica ou na própria lei orçamentária, até determinado valor, que segundo a prática dominante, é dado em termos de percentuais, o que está de acordo com a Constituição Federal que dispõe no art. 165, § 8º, o seguinte: "a lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contração de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei."



*Prefeitura do Município de Bertioga*  
Estado de São Paulo  
*Estância Balneária*

04  
Prel. 604/12

Não há norma que fixe o limite para o percentual de abertura de crédito suplementar na lei orçamentária.

Verifica-se que integra o poder discricionário dos poderes executivo e legislativo, a definição do limite percentual de crédito adicional suplementar que poderá ser aberto durante o exercício financeiro, porém, uma vez fixado, necessariamente esse deve ser observado para que sejam considerados legais os futuros decretos de abertura de crédito adicional.

Pelo exposto, entende-se possível a alteração da Lei Orçamentária, por outra lei ordinária, para modificar o percentual autorizado para abertura de crédito suplementar, devendo ser proposta e aprovada a luz dos preceitos do sistema orçamentário constitucional (artigos 165/169 da C.F.) que definem o orçamento como instrumento de planejamento e controle.

Diante do que foi exposto, submetemos a esta respeitável Casa de Leis o presente projeto de lei, acreditando que os vossos Nobres Edis o apreciem e o aprovem, demonstrando a já comum atuação voltada para o interesse público.

  
**Arg. Urb. José Mauro Dedemo Orlandini**